

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente - José Ferraz - **PTB**
1º-Vice-Presidente - Elmiro Nascimento - **PFL**
2º-Vice-Presidente - José Militão - **PSDB**
3º-Vice-Presidente - Rêmoló Aloise - **PMDB**
1º-Secretário - Elmo Braz - **PP**
2º-Secretário - Roberto Carvalho - **PT**
3º-Secretário - Bené Guedes - **PDT**
4º-Secretário - Sebastião Helvécio - **PP**
5º-Secretário - Amílcar Padovani - **PTB**

PÁG.

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [552ª Reunião Ordinária](#)
 - 1.2- [Reuniões de Comissões](#)
 - 2- [ORDENS DO DIA](#)
 - 2.1- [Plenário](#)
 - 2.2- [Comissões](#)
 - 3- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 3.1- [Comissões](#)
 - 4- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO](#)
 - 5- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR](#)
-

ATAS

**ATA DA 552ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 17 DE JUNHO DE 1994**

Presidência do Deputado Agostinho Patrus

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Ata - Oradores Inscritos:
Discurso do Deputado Bonifácio Mourão - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 9h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrus - Aílton Vilela - Álvaro Antônio - Antônio Júlio - Arnaldo Canarinho - Bonifácio Mourão - Eduardo Brás - Ermano Batista - Francisco Ramalho - Geraldo da Costa Pereira - Glycon Terra Pinto - Homero Duarte - Ibrahim Jacob - Jaime Martins - João Batista - José Leandro - José Maria Pinto - José Renato - Kemil Kumaira - Marcelo Cecé - Márcio Miranda - Maria Olívia - Milton Salles - Péricles Ferreira - Ronaldo Vasconcellos - Wanderley Ávila - Wilson Pires.

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrus) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior. Na sua ausência, com a palavra, o Deputado Ibrahim Jacob.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

Ata

- **O Deputado Ibrahim Jacob**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Oradores Inscritos

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Bonifácio Mourão.

- O Deputado Bonifácio Mourão profere discurso, que será publicado em outra edição.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, comunicações a serem feitas, Líderes inscritos nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião e convoca os Deputados para a ordinária de debates de segunda-feira, dia 20, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 12.240/94, QUE FIXA LIMITE PARA O VALOR DAS MULTAS INCIDENTES SOBRE DÉBITOS RELATIVOS A IMPOSTOS E TAXAS ESTADUAIS

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia onze de maio de mil novecentos e noventa e quatro, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Márcio Miranda, Roberto Luiz Soares, Célio de Oliveira e Aílton Vilela (substituindo este ao Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do BRD), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Márcio Miranda, declara abertos os trabalhos e informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. A seguir, o Presidente determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Célio de Oliveira para atuar como escrutinador. Recolhidas as cédulas, verifica-se que foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Deputados Márcio Miranda e Roberto Luiz Soares, respectivamente. O Presidente "ad hoc" empossa o Vice-Presidente, que, por sua vez, no exercício da Presidência, dá posse ao Presidente eleito. O Deputado Márcio Miranda agradece a escolha de seu nome e designa para relator da matéria em pauta o Deputado Roberto Luiz Soares. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 1994.

Márcio Miranda, Presidente - Jorge Hannas - Jorge Eduardo.

ATA DA 116ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às nove horas e trinta minutos do dia nove de junho de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio de Oliveira, Roberto Amaral, Baldonado Napoleão e Bernardo Rubinger (substituindo este ao Deputado José Renato, por indicação da Liderança do BRD), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio de Oliveira, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Baldonado Napoleão que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião tem por finalidade apreciar a pauta e redistribui os Projetos de Lei nºs 1.410 e 1.563/93 aos Deputados Bernardo Rubinger e Baldonado Napoleão, respectivamente. Encerrada a 1ª parte dos trabalhos, passa-se à 1ª fase da Ordem do Dia com a discussão e a votação de proposição da Comissão. O Deputado Célio de Oliveira apresenta o anteprojeto de resolução que dispõe sobre a concessão de auxílios financeiros diversos mediante recursos consignados no orçamento da Assembléia Legislativa, estabelece critérios para a sua distribuição e dá outras providências. Submetido a discussão e votação, é aprovado o anteprojeto, que, em seguida, é subscrito pelos membros presentes da Comissão. Neste momento, registra-se a presença do Deputado Marcos Helênio. A Presidência passa à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à deliberação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Bernardo Rubinger emite parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.410/93, no 2º turno, na forma proposta. O Deputado Baldonado Napoleão emite parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.563/93, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. Encerrada essa fase, passa-se à 3ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. O

Deputado Roberto Amaral emite parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do Requerimento nº 5.250/94. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Relator também do Requerimento nº 5.288/94, o Deputado Roberto Amaral emite parecer, mediante o qual conclui pela rejeição do requerimento acima mencionado. Submetida a votação, é a matéria rejeitada. Logo após, a Presidência designa o Deputado Roberto Amaral para relatar os processos de aplicação de recursos oriundos de subvenções sociais das seguintes entidades: Associação das Vilas de Contagem, de Contagem; Instituto Educacional de Jequitinhonha, de Jequitinhonha; Associação dos Proprietários e Moradores do Distrito de Topázio, de Teófilo Otôni; Centro Infantil Comunitário Creche Liginha, de Belo Horizonte; Caixa Escolar Santa Terezinha, de Santos Dumont; Caixa Escolar Amália Nepomuceno de Souza - Escola Estadual Governador Valadares, de Conceição das Alagoas; Loja Maçônica Renovação e Fidelidade nº 133, de Pirapora; Centro de Defesa dos Direitos Humanos, de Uberlândia; Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Taboão, de Ouro Fino; Associação Comunitária dos Moradores da Pedreira, de Campo Belo; Centro Comunitário Rural de Lagoa de Baixo, de Rubelita; Lar São Vicente de Paulo, de Ilicínia; Hospital Wilkinson de Souza Meirelles, de Miradouro; Conselho Central Diocesano de Uberaba da Sociedade São Vicente de Paulo, de Uberaba; Associação Comunitária dos Bairros Bela Vista e Kennedy, de Governador Valadares; Lar da Criança Feliz, de Paineiras; Creche Escolinha Beija-Flor Sociedade de Assistência à Infância de Coronel Murta, de Coronel Murta; Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Ardópoles-Atoleiro, de Rio Pardo de Minas; Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Sede do Município de Divino, de Divino; Conselho Comunitário Rural da Comunidade Cacoco de Baixo, de Divinópolis; Associação Comunitária do Lago de Três Marias, de Três Marias; Caixa Escolar Oswaldo Vicintin, de Várzea da Palma; Associação Pesca Maravilhosa, de Rubelita; Conselho Comunitário dos Pequenos Produtores Menheiros e Parceiros da Comunidade de Malhada Alta, de Icaraí de Minas; Hospital Evangélico de Carangola, de Carangola; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santa Rita, de Peçanha; Grupo Gente Nova - GGN -, de Governador Valadares; Instituto Educacional de Jequitinhonha, de Jequitinhonha; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Indianópolis - CODEMI -, de Indianópolis; Associação Amigos do Bairro Vila Nova - AAB -, de Mantena; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, de Sacramento; Rotary Club de Visconde do Rio Branco, de Visconde do Rio Branco; Aliança Nacional da Juventude, de Pouso Alegre; ACD - Associação de Crianças Deficientes, de Uberaba; Associação Comunitária da Zona Sul do Conjunto Sir - ACOSSIR -, de Governador Valadares; Associação Comunitária do Bairro Alto Santa Cruz, de Itinga; Associação Beneficente Irmão Sol - Irmã Lua - ABISIL -, de Itaipé; Associação Comunitária Jatobá, de Belo Horizonte e Federação Municipal de Associações de Moradores e Movimentos Populares de Iapu, de Iapu. A seguir, a Presidência designa o Deputado Bernardo Rubinger para relatar os processos de aplicação de recursos oriundos de subvenções sociais das seguintes entidades: Movimento Cultural Jovem de Itambacuri - MOCUJOI -, de Itambacuri; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, de Uberlândia; Centro Comunitário Rural Lagoa de Baixo, de Belo Horizonte; Associação de Amigos e Moradores do Bairro de Lourdes, de Governador Valadares; Caixa Escolar Artur Napoleão, de Barroso; Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Divinópolis, de Divinópolis; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Margarida, de Santa Margarida; Associação dos Moradores de Mandacaru, de São João do Paraíso; Centro Comunitário Promorar Baixinha, de Rubim; Associação Comunitária de Santa Bárbara, de Santa Bárbara; Associação de Proteção à Infância de Santa Luzia, de Santa Luzia; Caixa Escolar Artur Napoleão, de Barroso; Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Amigos de Ressaquinha, de Ressaquinha; Santa Casa de Misericórdia de Piedade do Rio Grande, de Piedade do Rio Grande; Associação Amigos de Palmópolis, de Palmópolis e Associação Comunitária Nossa Senhora de Fátima do Bairro do Carmo, de Barbacena. Com a palavra, os mencionados relatores emitem seus pareceres, mediante os quais concluem pela aprovação dos supracitados processos de aplicação de recursos oriundos de subvenções das referidas entidades. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. A seguir, a Presidência designa o Deputado Roberto Amaral para relatar os processos de aplicação de recursos oriundos de subvenções sociais das seguintes entidades: Associação Comunitária dos Quartéis, de Inhaúma; Obras Sociais São Jorge, de Belo Horizonte; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Sesmarias, de Coração de Jesus; Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Américo Silva, de Lagoa da Prata; Província Carmelitana de Santo Elias, de Belo Horizonte; Associação Comunitária de Água Comprida, de Água Comprida; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, de Teófilo Otôni; Fundação Nossa Senhora do Patrocínio do Santíssimo Sacramento, de Sacramento; Serviço Promocional de Assistência à Família - SERPAF -, de Sete Lagoas; Fundação Municipal do Bem-Estar do Menor - FUMBEM -, de Diamantina; Caixa Escolar Professora Evangelina Meirelles de Miranda, de Pouso Alegre; Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA -, de Belo Horizonte; Caixa Escolar Monsenhor Lisboa, de

Paula Cândido; Associação dos Moradores do Bairro Matinha, de Teófilo Otôni; Igreja Pentecostal Cristo é a Vitória, de Pirapora; Caixa Escolar da Escola Estadual Alexandre Bernardes Primo, de Lagoa da Prata; Sociedade dos Amigos do Loteamento do Bairro Santa Tereza, de Barbacena; Obras Sociais Vovó Faleiro, de São João del-Rei; Centro Comunitário do Bairro Consolação, de Diamantina; Associação de Assistência a Carentes de Pirapora, de Pirapora; Fundação Champagnat, de Mateus Leme; Caixa Escolar Isaías Pereira de Carvalho, de Poço Fundo; Fundação Hospital São José de Botelhos, de Botelhos; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, de Bom Despacho; Associação dos Caminhoneiros de Cláudio, de Cláudio; Associação da Santa Infância de Uberaba, de Uberaba; Associação Comunitária de Canabrava, de São Francisco, e Cia. Absurda, de Belo Horizonte. O Deputado Roberto Amaral requer sejam esses processos convertidos em diligência às mencionadas entidades. A Presidência defere o requerimento. Logo após, designa o Deputado Baldonado Napoleão para relatar os processos de aplicação de recursos oriundos de subvenções sociais das seguintes entidades: Associação Comunitária de Brejinho, de Icarai de Minas; Centro de Aprendizagem Comunitária, de São Domingos; Lar dos Meninos Dom Orione, de Belo Horizonte; Recanto São Sebastião, de Igarapé; Creche Recanto Comunitário Criança Feliz, de Belo Horizonte; Caixa Escolar da Escola Estadual Aurélio Luiz da Costa, de Uberaba; Desafio Jovem Hebrom, de Vargem Alegre; Associação Feminina do Sol Nascente, de Ibitité; Associação Comunitária Santa Terezinha, de Alto Rio Doce; Associação de Auxílio ao Deficiente Físico, de Formiga; Lira Nossa Senhora das Mercês, de São Tiago; Associação da Mulher em Prol da Comunidade, de Salinas; Associação Comunitária de Joaquim Felício, de Joaquim Felício; Associação dos Moradores de Linópolis, de Linópolis; Província dos Capuchinhos de Minas Gerais, de Governador Valadares; Lar dos Meninos Dom Orione, de Belo Horizonte; Associação Comunitária dos Amigos de Congonhas, de Congonhas; Associação Comunitária São Sebastião, de Belo Horizonte; Núcleo Esportivo Real Minas, de Barbacena; Creche Municipal Tia Celeste, de Santana do Manhuaçu; Creche da Ação Social da Paróquia Bom Pastor, de Belo Horizonte; Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de São José do Buriti, de Felixlândia; Movimento Social de Promoção Humana, de Pouso Alegre; Grupo Espiritualista Estrela da Paz, de Belo Horizonte; Cáritas Diocesana de Almenara, de Jequitinhonha; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Prata, de Prata; Núcleo Assistencial Central de Santa Bárbara do Tugúrio, de Santa Bárbara do Tugúrio; Lions Clube Divinópolis Pioneiro, de Divinópolis; MOP'S - Movimento de Promoção Social, de Belo Horizonte; Associação de Desenvolvimento Comunitário Vau dos Machados, de Vau dos Machados; S/C - Seminário Sagrado Coração de Jesus, de Belo Horizonte; Ekigarra Esporte Clube, de Betim; Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição da Vila São Rafael do Bairro Esplanada, de Belo Horizonte; Assistência Social da Criança e do Adolescente - ASCA -, de Carneirinho; Conferência de São Sebastião, da Conferência de São Vicente de Paulo, de Biquinhas; Associação Comunitária dos Agricultores e Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Gil, de Desterro de Entre-Rios; Associação Beneficente São João Batista, de Visconde do Rio Branco; Associação Concreta dos Amigos e Moradores de Palmital dos Carvalhos - ACAMPE -, de Senhora dos Remédios; Clube do Menor, de Pouso Alegre; Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Nossa Senhora da Glória, de Belo Horizonte; Associação de Ação Comunitária de Lavrinha, de São Francisco; Associação dos Moradores do Bairro Rio Novo, de Januária; Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Felisburgo, de Felisburgo; Associação dos Aposentados e Pensionistas de Montes Claros e do Norte de Minas Gerais, de Montes Claros; Associação dos Moradores da Vila Santo Antônio do Rio Grande, de Fronteira; Creche Comunitária Maria Bessa, de Belo Horizonte; Associação Beneficente São Vicente de Paulo, de Iturama; Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Caiçaras, de Barbacena; Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento de Santa Maria do Suaçuí, de Santa Maria do Suaçuí; Creche São Francisco de Assis, de Santa Maria do Suaçuí, e Legião de Assistência Cristã - LAC -, de Uberaba. O Deputado Baldonado Napoleão apresenta requerimento em que solicita sejam esses processos convertidos em diligência às entidades relacionadas. A Presidência defere o requerimento. Cumprida a finalidade da reunião, o Deputado Célio de Oliveira agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária a ser realizada no dia 14/6/94, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar a matéria constante na pauta, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1994.

Célio de Oliveira, Presidente - Márcio Miranda - José Renato - Roberto Amaral - Marcos Helênio.

ATA DA 125ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às quinze horas do dia quatorze de junho de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio de Oliveira, Roberto Amaral, José Renato e Márcio Miranda (substituindo este ao Deputado João Marques, por indicação da

Liderança do PP), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio de Oliveira, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Márcio Miranda que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que esta reunião tem por finalidade apreciar as matérias constantes na pauta e redistribui ao Deputado Marcos Helênio o Projeto de Lei nº 1.757/93. Logo após, passa à leitura da correspondência enviada pelo Dr. Antônio Cláudio Vieira, Presidente da Câmara Municipal de São Francisco, em que solicita seja apresentado ao projeto do orçamento do Estado proposição visando a que se priorizem por regiões as obras e os investimentos do orçamento estadual. Encerrada a 1ª parte dos trabalhos, passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Marcos Helênio emite seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.757/93, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Encerrada essa fase, passa-se à 3ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. A Presidência designa o Deputado Marcos Helênio para relatar os processos de aplicação de recursos oriundos de subvenções sociais das seguintes entidades: Caixa Escolar Professor Vitério Leopoldino da Silva, de Itapagipe; Centro Comunitário Materno Infantil São José Operário, de Uberaba; Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Monte Belo, de Carbonita; Associação de Desenvolvimento Comunitário da Matão - ADCM -, de Rio Vermelho; Associação Educativa e Cultural de Igarapé - ASSECIG -, de Igarapé; Centro Espírita Vicente de Paulo, de Conceição das Alagoas; Conselho Central Nossa Senhora do Pilar, de São João del-Rei; Associação Comunitária Lar Menor de Paulistas, de Paulistas; Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Areião, de Crucilândia; Conselho Municipal de Desenvolvimento Comunitário e Social de Itaguara, de Itaguara; Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Argola, de Paraíso; Associação Comunitária Educacional de Belo Oriente, de Belo Oriente; Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Santa Maria, de Uberaba; Associação dos Moradores dos Bairros Catalão, Bela Vista e São José, de Divinópolis; Obras Sociais Senhora da Glória, de Belo Horizonte; Associação dos Moradores de Cabeceira de São Pedro, de Teófilo Otôni; Associação Comunitária Rural de Porteira Nova, de Pajeú; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Duas Barras, de Padre Paraíso; Conselho Comunitário de Água Branca de Minas, de Comercinho; Grupo Teatral Carlos Chagas, de Carlos Chagas; Casa da Amizade das Senhoras dos Rotarianos de Lagoa da Prata, de Lagoa da Prata; Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz, de Luz; Caixa Escolar Monsenhor Alfredo Dohr, de Lagoa da Prata; Lira Monsenhor Otaviano, de Santo Antônio do Monte; Caixa Escolar Joaquim Afonso Rodrigues, de Carmo da Mata; Instituto Educacional de Jequitinhonha, de Jequitinhonha; Centro Cultural de Araçuaí Nagô, de Araçuaí; Sociedade Unidos Cachoeirense -SUC-, de Chapada do Norte; Santa Casa de Misericórdia do Rio Novo, de Rio Novo; Hospital e Maternidade Maria Eloy, de Palma; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, de Juiz de Fora; Instituto Dona Selva, de Guarará; Associação Comunitária Beneficente dos Moradores do Bairro Porto Alegre, de Itinga. Logo após, a Presidência designa o Deputado Márcio Miranda para relatar os processos de aplicações de recursos oriundos de subvenções sociais das seguintes entidades: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, de Sete Lagoas; Creche Centro Infantil União, de Belo Horizonte; Irmandade de Nossa Senhora das Vitórias, de Belo Horizonte; Instituto Recanto de Paz, de Governador Valadares; Conferência Santo Antônio da Sociedade São Vicente de Paulo, de Peçanha; Conselho Central de Governador Valadares da SSVF, de Governador Valadares; Ação Social Paroquial da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, do Serro; Federação Municipal das Associações Comunitárias de Januária - FACOMJAN -, de Januária; Conselho Particular de Japaraíba da SSVF, de Japaraíba; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arcos, de Arcos; Sociedade de São Vicente de Paulo, de Formiga; Associação Comunitária de Pedras, de Itatiaiuçu; Associação do Bairro Santa Águeda, de Mateus Leme; Entidade de Assistência Social Paulo VI, de Congonhal; Conselho Particular de Ouro Preto da SSVF, de Ouro Preto; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teófilo Otôni, de Teófilo Otôni; Centro Cultural de Araçuaí Nagô, de Araçuaí; Serviço de Obras Sociais, de Pedra Azul; Associação de Trabalhadores de Medina, de Medina; Associação de Moradores do Bairro Nações, de Divinópolis; Associação dos Amigos de Auxílio Mútuo e Assistencial do Bairro Serra do Cabral, de Cambuí; Fundação Geriátrica Educacional Padre Antônio Pascoal, de Cambuí; Irmandade dos Congados de Nossa Senhora do Rosário, de Carmo da Mata; Caixa Escolar Vinícius Meyer, de Pouso Alegre; Associação dos Moradores dos Bairros Pereira, Tanque, Laranjal e Renó, de Ouro Fino; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Laranjal, de Laranjal; Caixa Escolar Waldomiro Magalhães Pinto, de Várzea da Palma. Prosseguindo, a Presidência distribui ao Deputado José Renato os processos de aplicações de recursos oriundos de subvenções sociais das seguintes entidades: Caixa Escolar Deolindo de Freitas Paixão, de Conceição das Alagoas; Caixa

Escolar Idalina Horta Galvão, de São João del-Rei; Associação dos Moradores do Bairro Cidade Nova, de Maravilhas; Núcleo Assistencial Espírita Maria da Cruz, de Ipatinga; Sociedade São Vicente de Paulo, de Campo do Meio; Creche Comunitária Menino Jesus, de Elói Mendes; Obras Sociais da Paróquia Nossa Senhora da Piedade, de Itaúna; Associação de Moradores do Bairro Bom Sucesso, de Tupaciguara; Grupo Comunitário Durval Dias de Abreu, de Uberaba; Núcleo Comunitário dos Amigos do Bairro Gonçalves, de Poço Fundo; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Dom Corrêa, de Manhuaçu; Sociedade de Cultura Musical de Barbacena, de Barbacena; Associação dos Amigos da Cidade de Itacambira, de Itacambira; Fundação Educacional Lucas Machado, de Belo Horizonte; Creche Raio de Luz, de Teófilo Otôni; Centro Espírita Casa Maria de Nazaré, de Divinópolis; Casa de Recuperação Dona Zulmira da SSVP, de Governador Valadares; Associação Unidos dos Córregos dos Prazeres, Limoeiro e Onça, de Governador Valadares; Associação Comunitária do Bairro Santa Paula, de Governador Valadares; Lira 30 de Janeiro, de Governador Valadares; Associação Samuel Domingues Gomes, de Governador Valadares; Obras da Paróquia Nossa Senhora das Graças, de Mantena; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, de Alpinópolis; Núcleo São Francisco de Assis - Núcleo dos Hansenianos de Lagoa da Prata, de Lagoa da Prata; Associação Comunitária Morrinhos, de Águas Vermelhas; Associação dos Moradores da Comunidade de Pinhãozeiro, de Salinas; Conselho Comunitário Rural da Comunidade de Galiléia do Município de Caparaó, de Barbacena; Única Central das Associações de Moradores - UCAM -, de Pouso Alegre, e Centro Comunitário Altino Barbosa, de Teófilo Otôni. Com a palavra, os mencionados relatores emitem seus pareceres, mediante os quais concluem pela aprovação dos supracitados processos de aplicação de recursos oriundos de subvenções sociais das referidas entidades. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros desta Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 15/6/94, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem as matérias constantes na pauta, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de junho de 1994.

Célio de Oliveira, Presidente - José Renato - Wilson Pires - Péricles Ferreira.

ATA DA 126ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às quinze horas do dia quinze de junho de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio de Oliveira, José Renato, Péricles Ferreira e Wilson Pires (substituindo este ao Deputado João Marques, por indicação da Liderança do PP), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio de Oliveira, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Péricles Ferreira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, a Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, redistribui o Projeto de Lei nº 1.097/92, da Deputada Maria José Haueisen, no 1º turno, ao Deputado Wilson Pires e distribui o Projeto de Resolução nº 2.067/94, desta Comissão, no 2º turno, ao Deputado José Renato. Encerrada a 1ª parte dos trabalhos, passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Wilson Pires emite parecer, concluindo pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.097/92 no 1º turno, com a Emenda nº 1. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Prosseguindo, a Presidência passa à 3ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado José Renato emite parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2.067/94 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno. Colocado em votação, é aprovado o projeto. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 1994.

Célio de Oliveira, Presidente - Marcos Helênio - Péricles Ferreira - Geraldo Rezende.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 554ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 21/6/94

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.756/93, do Deputado Agostinho Patrus, que cria o Programa Mineiro de Apoio e Orientação Técnica à Construção, Reforma e Melhoria de Moradia para Famílias de Baixa Renda - PROMORAR. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. A Comissão de Saúde e Ação Social opina pela sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Justiça, e 6, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Justiça; 6, da Comissão de Saúde e Ação Social, e 7, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.699/93, do Deputado Tarcísio Henriques, que dispõe sobre a obrigatoriedade de construção de eclusas em todas as obras de represamento de rios para fins de aproveitamento energético. A Comissão de Política Energética opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.762/93, do Deputado Simão Pedro Toledo, que dispõe sobre a pesagem obrigatória dos recipientes de gás liquefeito de petróleo quando de sua venda ao consumidor. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 108ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 21/6/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.929/94, do Deputado Geraldo da Costa Pereira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.043/94, do Deputado Agostinho Patrus; 2.042/94, do Deputado Dílzon Melo; 2.039/94, do Deputado Gilmar Machado; 2.051/94, do Deputado Mauri Torres; 2.050/94, do Deputado Milton Salles, e 1.769/93, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA PARA ACOMPANHAR AS NEGOCIAÇÕES ENTRE O GOVERNO DO ESTADO E AS LIDERANÇAS DO FUNCIONALISMO, VISANDO À REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS E À CONVERSÃO DOS SALÁRIOS PARA A URV, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 21/6/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar o relatório parcial da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDAR AS ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES ESPECIAIS, A REALIZAR-SE ÀS 14H45MIN DO DIA 21/6/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: dar prosseguimento aos trabalhos da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 22/6/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir a respeito da apreensão de determinadas marcas de arroz, em virtude de irregularidades cometidas pelos supermercados desta Capital.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.576/93, do Deputado João Batista.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.655/93, do Deputado Anderson Aduato.

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.671/93, do Deputado José Leandro.

Convidados: Antônio Cândido Martins Borges, Marcos Reis Araújo e Marco Antônio Vale, Presidente, Diretor Técnico e Chefe de Divisão e Padronização e Classificação Vegetal do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - respectivamente; Maria Lúcia Scarpelli dos Santos, Coordenadora do PROCON-BH; Lúcia Pacífico Homem, Presidente do Movimento das Donas de Casa; e Ismael Fernando Prado Coimbra, Delegado Federal de Agricultura.

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA SOCIAL, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 22/6/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.631/93, do Deputado Célio de Oliveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.706/93, do Deputado Antônio Pinheiro; 1.942/94, do Deputado Roberto Carvalho.

ORDEM DO DIA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 22/6/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.293/93, do Deputado João Marques.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.930/94, do Deputado Álvaro Antônio; 1.118/92, do Deputado Eduardo Brás; 1.434/93, do Deputado Gilmar Machado; 1.858, 1.860 e 1.861/93, do Deputado Marcos Helênio; 1.308/93, do Deputado Tarcísio Henriques.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.604/93, do Deputado Sebastião Helvécio.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.975/94, da Deputada Elisa Alves.

ORDEM DO DIA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL, A REALIZAR-SE

ÀS 14H30MIN DO DIA 23/6/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 999/92, do Deputado Geraldo da Costa Pereira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.880/94, do Deputado Álvaro Antônio; 1.797/93, do Deputado Bernardo Rubinger; 1.951/94, do Deputado Clêuber Carneiro; 186/91, do Deputado Elmiro Nascimento; 1.964/94, do Deputado João Batista; 1.572/93, do Deputado José Militão; 1.934/94, do Deputado Marcos Helênio; 1.954/94, da Deputada Maria Elvira; 1.821/93, da Deputada Maria Olívia; 1.693/93, do Deputado Péricles Ferreira; 1.894, 1.896, 1.897, 1.898, 1.902, 1.903, 1.905, 1.906 e 1.908/94, do Deputado Raul Messias; 1.941 e 1.966/94, do Deputado Roberto Carvalho; 2.001/94, do Deputado Romeu Queiroz; 1.946 e 1.948/94, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 1.956/94, do Deputado Sebastião Costa, e 1.508/93, do Deputado Wilson Pires.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.969/94, do Deputado Ajalmar Silva; 1.792 e 1.850/93, do Deputado Antônio Pinheiro; 1.983/94, do Deputado Bonifácio Mourão; 1.994/94, do Deputado Cássimo Freitas; 1.827/93, do Deputado Geraldo Rezende; 1.987/94, do Deputado Hely Tarquínio; 1.945/94, do Deputado Jorge Hannas; 1.977/94, do Deputado José Bonifácio; 1.752/93, do Deputado Marcos Helênio; 1.883/94, da Deputada Maria Elvira; 1.886/94, do Deputado Mauri Torres; 1.890 e 1.895/94, do Deputado Raul Messias; 1.981/94, do Deputado Roberto Amaral; 2.003 e 2.007/94, do Deputado Sebastião Helvécio, e 1.936/94, do Deputado Tarcísio Henriques.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Cléuber Carneiro, Geraldo Rezende, Antônio Pinheiro, Ivo José, Ermano Batista e Célio de Oliveira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Antônio Fuzzato, José Renato, Dílzon Melo, Ermano Batista, Álvaro Antônio e Sebastião Costa, membros da Comissão de Administração Pública; Célio de Oliveira, Roberto Amaral, Baldonado Napoleão, Marcos Helênio, João Marques, José Renato e Jaime Martins, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para as reuniões conjuntas a serem realizadas no dia 21/6/94, às 10h30min e às 14h30min, na Sala das Comissões, destinadas a apreciarem os Pareceres para 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.016/94, do Tribunal de Justiça, que altera os planos de carreira dos servidores do Poder Judiciário e dá outras providências. Sala das Comissões, 20 de junho de 1994. Tarcísio Henriques, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Amaral, Jaime Martins, José Renato, Baldonado Napoleão, Marcos Helênio e João Marques, membros da supracitada Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada às 11 horas do dia 21/6/94, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 1.660/93, do Deputado Célio de Oliveira, e os pareceres sobre a aplicação de recursos oriundos de subvenções sociais.

Sala das Comissões, 17 de junho de 1994.

Célio de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública, de Saúde e Ação Social e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Cléuber Carneiro, Geraldo Rezende, Antônio Pinheiro, Ivo José, Ermano Batista e Célio de Oliveira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Tarcísio Henriques, Antônio Fuzatto, José Renato, Dílzon Melo, Ermano Batista, Álvaro Antônio e Sebastião Costa, membros da Comissão de Administração Pública; Adelmo Carneiro Leão, Wilson Pires, José Leandro e Jorge Eduardo, membros da Comissão de Saúde e Ação Social; Célio de Oliveira, Roberto Amaral, Baldonado Napoleão, Marcos Helênio, João Marques, José Renato e Jaime Martins, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para as reuniões conjuntas a serem realizadas nos dias 21 e 22 do corrente, às 15 horas e às 14h45min, respectivamente, na Sala das Comissões, destinadas a apreciarem os Pareceres para 1º turno do Projeto de Lei nº 2.036/94, do Governador do Estado, que altera disposições das Leis nºs 11.383, de 4/1/94, e 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências.

Sala das Comissões, 20 de junho de 1994.

Jorge Hannas, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.001/94

Comissão de Saúde e Ação Social
Relatório

O projeto de lei em tela, do Deputado Romeu Queiroz, pretende declarar de utilidade pública a Associação das Damas de Caridade, com sede no Município de Poços de Caldas. Cumpridas as exigências regimentais, a proposição foi aprovada no 1º turno e deve esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, nos termos regimentais.

Fundamentação

A entidade em apreço tem por objetivo assistir idosos carentes e pessoas inválidas. Fundou e mantém, no referido município, o Asilo São Vicente de Paulo.

Reconhecemos o sentido social dos serviços que a entidade presta à comunidade e

julgamo-la merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.001/94 no 2º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 17 de junho de 1994.

Jorge Eduardo, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

547ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**Discurso Proferido em 9/6/94 pelo
Deputado José Maria Pinto**

O Deputado José Maria Pinto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, providência das mais felizes tomou o Presidente Itamar Franco ao designar para dirigente máximo da Rede Ferroviária Federal o Dr. Raul Bernardo Nelson de Sena.

Em sua vasta folha de serviços prestados ao País, encontra-se a chefia do serviço jurídico da Rede, fato que acrescenta ao acerto da nomeação um caráter sentimental. Se, nos idos de 1961, sua passagem pela empresa foi marcada pelo descortino de inteligência privilegiada, seu retorno está sendo interpretado como acontecimento deveras promissor, uma vez que a competência múltipla acumulada nesses anos lhe será de grande valia no exercício das novas funções.

Desde 30/4/1854, a ferrovia faz parte da história brasileira. Naquele memorável dia, o operoso Visconde de Mauá inaugurava os 51 km da linha que unia o Rio de Janeiro a Petrópolis.

Daqueles para estes tempos, o caminho férreo passou por diferentes períodos, quanto à expressão de sua importância. Em torno dos anos 30 - com pico em 1934 - o sistema ferroviário teve equilibrados os números da balança financeira, situação que, já em 1946, decaía para resultados negativos na relação receita e despesa.

Infelizmente, a crise no setor foi-se avolumando até que a desativação de vários trechos se impôs como medida obrigatória. Se, em vez de eliminadas, as linhas tivessem sido beneficiadas com técnicas de melhoria, certamente hoje teríamos melhor perfil dos transportes no País.

O que mais importa no momento, porém, é celebrar a chegada do Dr. Raul Bernardo Nelson de Sena à Presidência da Rede Ferroviária Federal. As boas mãos desse mineiro saberão conduzir com acerto as realizações dessa prestimosa estatal.

Bacharelado-se pela Faculdade de Direito da UFMG, frequentou a seguir o curso de mestrado. No que tange a essa área de atividades, foi Procurador Jurídico da Prefeitura de Brasília, além do citado cargo de Chefe do Serviço Jurídico da Rede Ferroviária Federal. São de sua lavra trabalhos de grande significação no campo do Direito, como é o caso de "A idéia política", "O Direito Público nos Tribunais", "Organização das Empresas" e "Contribuição à Organização do Trabalho".

Junto ao serviço público, ocupou cargos em que a dedicação e o intelecto se uniram para a apresentação de meritórios trabalhos. Assim se portou como Oficial de Gabinete do Secretário da Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, eficiência que se reeditou na condição de Secretário Particular e Assessor no Governo Israel Pinheiro da Silva.

Descendendo de João Pinheiro da Silva e de Nelson Coelho de Sena, seus avôs, não poderia ficar alheio ao fascínio da vida pública. Assim sendo, foi Deputado Estadual e Deputado Federal em várias legislaturas, oportunidades em que trouxe a esta Casa e à Câmara de Brasília numerosas contribuições de vulto para o aperfeiçoamento da prática legislativa.

Referido como político, advogado e jornalista, não há como negar méritos em outro âmbito de atividades: falamos de sua afinidade com as tarefas do administrador, já que, em qualquer dos ofícios praticados, sempre foi marcante o talento para organizar, delegar e executar.

Sendo ponto capital para o desenvolvimento do Brasil, o transporte clama por contínuo melhoramento, principalmente porque um País de dimensões continentais tem necessidades, em número e grandeza, quase nunca atendidas de maneira integral. Isso parte da nossa natureza de gigante, excelente para o orgulho de patriotas; severa para os deveres dos cidadãos.

Em tempos incertos e obscuros, é com verdadeira alegria que vemos a determinação de uma luz que se acende no panorama nacional. Mais uma vez acontece, para nosso contentamento, a aplicação da sentença "o homem certo para o lugar certo".

Só temos a lamentar a exiguidade do período que o nosso ilustre conterrâneo terá

para implantar medidas que efetivamente venham a solucionar graves problemas do setor, isso porque só no ocaso do mandato do Presidente Itamar Franco se dá a convocação desse mineiro clarividente e trabalhador.

Com enorme prazer, saudamos o Dr. Raul Bernardo Nelson de Sena, desejando que seja plena de êxito a missão de presidir a Rede Ferroviária Federal. Além dos votos que agora proferimos, também reafirmamos a certeza de que sucesso é o que acontecerá.

547ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 9/6/94 pelo
Deputado Roberto Amaral

O Deputado Roberto Amaral - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, representantes da imprensa, distinto e seletor público que nos vê e nos ouve, ocupamos hoje esta tribuna para prestar uma justa homenagem ao SICEPOT, na pessoa do seu Presidente, Sr. Jamil Habib Curi, pela brilhante atuação à frente do Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado de Minas Gerais - SICEPOT.

Coestadano dos mais ilustres, ele tem se destacado no universo das elites produtivas mineiras por uma ação profissional intensa, pela filosofia empresarial moderna que orienta as suas iniciativas e por uma atuação sempre voltada para os interesses comunitários.

Para desenvolver sua carreira de técnico competente e consciencioso escolheu nossa querida Montes Claros. Ali ofereceu os préstimos de sua elevada capacidade.

Homem de múltiplas aptidões, lançou-se também à iniciativa privada. Entretanto, não limitou sua ação às realizações de um bem sucedido homem de empresa. Como cidadão atuante na comunidade que tão bem o acolheu, presidiu a Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos do Norte de Minas.

Em maio de 91, assumiu a condução do SICEPOT. Aliou, então, a experiência de executivo e a sensibilidade de um espírito voltado para as causas comunitárias a fim de encetar vitoriosa campanha para recuperação do papel de liderança que deve caber à indústria da construção pesada.

Sob a presidência do Sr. Jamil Curi, o órgão passou por completa reestruturação para compatibilizar os sistemas e processos organizacionais com o desafio da atualidade. Mesmo enfrentando um começo difícil e adverso, com falta de recursos, programas de obras indefinidos, dívidas do Governo anterior e até mesmo com a mudança na legislação das licitações, o Sr. Jamil Curi fechou sua administração com mais de 45 mil empregos nas 198 empresas afiliadas ao sindicato, realizando várias obras de importante alcance social.

Preocupado em dar uma feição mais dinâmica à instituição, estimulou o desenvolvimento tecnológico e gerencial da construção pesada, como meio de contribuir para o aumento da produtividade do setor. Modernidade e eficiência fazem parte hoje da cultura do órgão e contribuem para a construção de uma nova imagem perante a sociedade.

Atualmente, Jamil Curi acumula ainda as funções de: coordenador do Fórum Permanente de Debates da Construção Pesada, organismo informal que reúne as mais importantes lideranças nacionais do setor; membro do Conselho Consultivo da Diretoria do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, na qual representa Minas; membro do Movimento Minas Presente, coordenado pela Associação Comercial do Estado, e, recentemente, foi eleito Diretor da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias.

Temos a certeza de que a ação do grande executivo há de motivar novos empresários para que, de olho no futuro, busquem novas oportunidades de negócios e investimentos. Seu trabalho tem contribuído não só para o fortalecimento da economia mineira, como também para projetar o nome do Estado no cenário nacional.

Ao deixar, no dia 6 de junho, a presidência do SICEPOT para assumir a Diretoria da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias, ele deixou vasto rol de realizações e belíssimo exemplo do poder da determinação do trabalho. Por isso, queremos, de público, cumprimentá-lo e expressar nosso voto de que ele, mais uma vez, obtenha o sucesso que é sinal característico de sua personalidade, aproveitando para desejar muita sorte e sucesso ao seu sucessor, Sr. Emir Cadar e a todos os que irão compor sua diretoria: Paulo Maurity - 1º Vice-Presidente; Antônio Alfredo Alkmim - Vice-Presidente de Planejamento; José Mário de Freitas - Vice-Presidente de Obras Rodoviárias; Marcus Vinícius Salum - Vice-Presidente de Obras Urbanas, Marco Antônio Manata - Vice-Presidente de Saneamento; Gabriel Lustosa Andrade - Vice-Presidente de Artes Especiais.

Para finalizar gostaria de registrar a eficiência da administração Jamil Curi e de todos os membros da diretoria nesta gestão 91/94: Willy Martins Carneiro - Vice-Presidente Administrativo-Financeiro; Marcos Vinício e Paulo - Vice-Presidente de Obras Urbanas; Félix Moutinho - Vice-Presidente do Setor de Saneamento.

Refiro-me aos relatórios anuais das atividades desenvolvidas pelo SICEPOT, que regularmente recebo em meu gabinete e que demonstram, de forma transparente e

objetiva a estrutura e os serviços técnicos e administrativos prestados pelo SICEPOT. E por último, destaco a publicação "Perfil Institucional Do SICEPOT", obra das mais completas, que coloca à disposição das empresas associadas e do público em geral informações privilegiadas de seu estatuto social e de seu regimento eleitoral, unanimemente aprovados em assembléia geral extraordinária, além de várias outras atividades, facilitando, dessa forma, a participação dos associados na vida regular e nas decisões da entidade.

Nesta oportunidade, deixo registrado ainda que, no dia 13 de junho, no Palácio das Artes, será realizada a solenidade de posse da nova diretoria executiva, tendo à frente o Presidente Emir Cadar. Também serão agraciadas com a medalha do mérito do SICEPOT as seguintes personalidades: Hélio Garcia - Governador do Estado; Mauro Antônio Manata Soares - Empresário; Helvécio Neves Martins - Empresário; Antônio José Leite Soares - Empresário; Hubert Brant Moraes - Representante da COPASA-MG; Danatto Cária Campos - Secretaria de Obras Públicas; Juvercil Peres Montes - SUDECAP. Muito obrigado.

547ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 9/6/94 pelo
Deputado Marcos Helênio

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, reduzido público aqui presente, é importante que passemos, neste momento, algumas informações a respeito do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão de Defesa do Consumidor com relação às mensalidades escolares. Fomos procurados por associações de pais de alunos, pelos próprios alunos, por várias entidades, inclusive pelo Movimento Estadual das Donas de Casa, para discutirmos o assunto, na tentativa de tentar reverter a medida provisória que iria converter as mensalidades escolares em URV, tomando por base a média de fevereiro a maio. Com a participação de entidades do Brasil inteiro, somada à atuação da Comissão de Defesa do Consumidor, conseguimos uma vitória parcial, fazendo com que o Presidente da República não aceitasse o "lobby" das empresas da área de educação. Era enorme a pressão para que se mantivesse a conversão das mensalidade pela média de fevereiro a maio. Devido à mobilização da população, o Presidente da República, reconsiderando o assunto, optou pela conversão das mensalidades pela média de novembro a fevereiro, o que é mais lógico, uma vez que essa é a base adotada para a conversão dos salários.

Nossa vitória ainda não é final, pois a medida provisória será submetida à aprovação do Congresso. As empresas da área de educação manifestam, declaradamente, a intenção de não cumprirem a medida provisória, que julgam inconstitucional.

Estamos alertando a todos, principalmente os pais de alunos, as associações de pais e os movimentos organizados, para que fiquem atentos aos próximos acontecimentos. Ficaremos aqui, na Comissão de Defesa do Consumidor, à disposição dessas entidades para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Vamos lutar para defender os direitos da classe estudantil contra os aumentos abusivos das mensalidades das escolas particulares, que vêm impedindo até a classe média de ter seus filhos freqüentando escolas de qualidade razoável.

Pedimos a todos para acompanharem a tramitação da medida provisória até a votação final, que será feita pelo Congresso. Esse é um alerta da Comissão de Defesa do Consumidor, que acompanhou, durante todo o tempo, as negociações. Estaremos de prontidão até que a medida provisória seja aprovada no Congresso. É o que tínhamos a relatar. Muito obrigado.

547ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 9/6/94 pelo
Deputado Gilmar Machado

O Deputado Gilmar Machado* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Maria José, pessoas presentes às galerias, ocupamos esta tribuna nesta tarde para, mais uma vez, fazer um alerta e, ao mesmo tempo, expressar que estamos ansiosos aguardando manifestação do Governo do Estado, já que, durante toda esta semana, esperamos a votação do projeto de conversão dos salários do funcionalismo em URV.

Depois da apresentação de um requerimento do Deputado Roberto Carvalho, a Assembléia resolveu organizar uma comissão para intermediar as negociações, a qual está sendo presidida pelo Deputado Dílzon Melo e tem na Vice-Presidência o Deputado Anderson Adauto.

Tivemos uma primeira reunião com o Governador do Estado, que autorizou o seu Secretário a iniciar as negociações com os representantes do funcionalismo e com a referida comissão. O Governador tinha-se comprometido a dar a palavra final, quando se encerrasse a rodada de negociações, numa reunião que envolveria a comissão dos Deputados e os representantes do funcionalismo, para que se pudessem fechar as propostas que seriam, posteriormente, votadas nesta Casa.

Durante o processo de negociações, lamentavelmente, conseguimos apenas uma pequena elevação do menor salário pago no Estado, que passaria, a partir de 1º/6/94, para 80 URVs, e um pequeno acréscimo para o magistério. Os demais servidores, porém, teriam

somente a correção da URV, o que achamos insuficiente. A partir de julho, haveria uma amarração da aplicação dos recursos com base no crescimento da receita.

Apesar de termos um documento assinado pelo Secretário da Casa Civil, Sr. Evandro de Pádua Abreu, várias emendas não chegaram a esta Casa e, em virtude de já se ter atingido a faixa constitucional quanto ao tempo para tramitação do projeto, o Presidente nomeou o Deputado Roberto Amaral, aqui presente, também aguardando as emendas que restam chegar, para que possamos analisar com maior cuidado e, ao mesmo tempo, aprovar o projeto de conversão dos salários em URV.

Queremos registrar que, até o momento, o Governo não enviou as emendas e que gostaríamos de marcar uma reunião com o Governador do Estado, para que pudéssemos fechar as negociações da pauta que ainda não foram discutidas. Estaremos atentos, acompanhando todas as emendas. Não votaremos enquanto não tivermos feito uma ampla discussão, o que acreditamos, também, ser a posição dos demais Deputados. O relator tem-se mostrado aberto ao diálogo e, tenho certeza, não vai fechar o projeto enquanto não for feita uma ampla discussão e as emendas do Executivo forem recebidas.

Difícilmente, teremos algum encontro com o Governador nesta semana, o que significa que as negociações devem ficar para depois. Sendo assim, estaremos cobrando, em todas as reuniões, que ocorra a última rodada de negociações com a presença, novamente, do Governador do Estado, como ficou acertado na primeira reunião.

Vamos ficar atentos e cobrar a amarração dos recursos, a partir de 1º/6/94, com a implantação do real. É necessário que fiquem definidos os pisos salariais do funcionalismo público. Com a aplicação desses recursos, será possível corrigir os pisos, como também assegurar a aplicação do art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que coloca, com muita clareza, a recomposição dos salários aos níveis de outubro de 1986. Estaremos aqui colocando e cobrando essas questões.

Apresentamos algumas emendas que estão sendo analisadas pelo relator, para regulamentar o art. 24 da Constituição, que define a limitação do teto salarial a ser percebido pelos funcionários, que não pode ultrapassar o que é percebido pelos Secretários de Estado, no caso do Executivo, o que percebe o Deputado e o que percebem os Desembargadores, no caso do Judiciário.

Entendo que é necessário termos uma política que de fato valorize e privilegie o servidor. Sabemos que esse plano prejudica o servidor na medida em que os preços estão liberados. Basta uma ida aos supermercados para verificarmos a elevação do custo de vida. O café e o extrato de tomate foram alguns dos produtos que tiveram seus preços assustadoramente elevados. No entanto, para o salário do servidor foi feita uma média com base nos últimos quatro meses. Achamos que é necessária a revisão dessa política.

É preciso também que o Congresso Nacional vote a lei antitruste para que haja controle desses oligopólios que penalizam o trabalhador brasileiro. Acompanharemos de perto o desenrolar desses fatos, principalmente agora que se aproxima a implantação do real.

Lamentavelmente, os empresários querem responsabilizar, mais uma vez, os trabalhadores e o meu partido por todas as questões que ocorrem. No entanto, quem vem obstruindo a votação da lei antitruste é o PPR. Eles não querem que os empresários tenham perdas. Querem que eles saiam ganhando à custa do sofrimento do povo trabalhador. É preciso que isso fique bem esclarecido para que o povo tenha as informações corretas.

A Casa aprovou, por unanimidade, o requerimento do Deputado Roberto Carvalho. A comissão, tão bem dirigida pelo Deputado Dílzon Melo e pelo relator, Deputado Anderson Aduato, tem trabalhado de maneira eficiente. Na próxima semana, teremos uma reunião com o Governador do Estado, quando negociaremos as emendas. Aí, então, poderemos ter a votação final do projeto de conversão dos salários do funcionalismo em URV. Muito obrigado.

(* - Sem revisão do orador.)